

Da rua à universidade: um sonho possível a partir do compromisso do estado com iniciativas que promovam o acesso ao ensino superior das pessoas das classes populares e em situação de rua

Simone Ferreira de Souza Wanderley¹, Marco Antonio Araujo Silvany², Fabrício Magalhães Pereira³, Jaqueline Machado dos Santos⁴

Resumo

Este estudo reflete sobre a (des)obrigação dos Governos Estaduais em garantir o acesso à Universidade, destacando o ensino superior como um direito fundamental que promove o desenvolvimento socioeconômico. A análise enfatiza a importância de políticas estaduais para reduzir desigualdades no acesso ao ensino superior, com destaque para a inclusão de pessoas em situação de rua a partir de programas pré-vestibulares gratuitos. Utilizando revisão bibliográfica narrativa, o estudo explora a necessidade de um compromisso efetivo dos Governos Estaduais, mesmo sem obrigação constitucional, para implementar políticas inclusivas. Conclui-se que essas políticas são essenciais para o desenvolvimento humano e social, e sugere-se a continuidade das investigações sobre o tema.

Palavras-chave

Acesso à universidade. Políticas educacionais. Desigualdade socioeconômica. Pessoas em situação de rua. Pré-vestibular.

¹ Mestra em Educação pela *Université du Québec à Chicoutimi*, Canadá; professora da Universidade do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: swanderley@uneb.br.

² Doutorando em Ciências da Educação na Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai; professor assistente da Universidade do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: marco_silvany@uol.com.br.

³ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil; servidor da Universidade do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: fabmagalhaes@uneb.br.

⁴ Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação na Universidade do Estado da Bahia, Brasil; analista universitária da Universidade do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: jsmachado@uneb.br.

From the street to the university: a possible dream based on the State's commitment to initiatives that promote access to higher education for people from the popular classes and those living on the streets

Simone Ferreira de Souza Wanderley⁵, Marco Antonio Araujo Silvany⁶, Fabrício Magalhães Pereira⁷, Jaqueline Machado dos Santos⁸

Abstract

This study reflects on the (non)obligation of State Governments to guarantee access to universities, highlighting higher education as a fundamental right that promotes socio-economic development. The analysis emphasizes the importance of state policies to reduce inequalities in access to higher education, emphasizing the inclusion of homeless people through free preparatory programs for university entrance exams. Using a narrative literature review, the study explores the need for an effective commitment by State Governments, even without a constitutional obligation, to implement inclusive policies. It is concluded that these policies are essential for human and social development, and it is suggested that further research on the subject be carried out.

Keywords

Access to university. Educational policies. Socioeconomic inequality. Homeless people. Preparatory programs.

⁵ Master in Education, *Université du Québec à Chicoutimi*, Canada; assistant professor at the State University of Bahia, State of Bahia, Brazil. E-mail: swanderley@uneb.br.

⁶ PhD student in Educational Sciences at the Interamerican Faculty of Social Sciences, Paraguay; assistant professor at the State University of Bahia, State of Bahia, Brazil. E-mail: marco_silvany@uol.com.br.

⁷ Master in Public Policy Management and Social Security, Federal University of Recôncavo of Bahia, State of Bahia, Brazil; employee of the State University of Bahia, State of Bahia, Brazil. E-mail: fabmagalhaes@uneb.br.

⁸ Master degree student in Management and Technologies Applied to Education, State University of Bahia, State of Bahia, Brazil; university analyst at the State University of Bahia, State of Bahia, Brazil. E-mail: jsmachado@uneb.br.

Introdução

Em uma sociedade em que o desenvolvimento é frequentemente medido pela qualidade da educação, o acesso à educação superior é central. O papel do executivo estadual vai além de prover serviços, sendo gestor de responsabilidades. A Constituição Federal Brasileira de 1988 atribui aos Estados a oferta de educação, com a União responsável pelo ensino superior (Brasil, 2023).

A educação é uma pedra angular do desenvolvimento humano e social. Nas sociedades democráticas, a igualdade de acesso à educação é essencial para promover oportunidades e reduzir desigualdades. No entanto, o acesso ao ensino superior ainda enfrenta desafios significativos, como barreiras econômicas, falta de preparação acadêmica e discriminação (Wanderley *et al.*, 2024).

Os Governos Estaduais têm o dever de facilitar o acesso a todos os níveis de ensino, criando um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual, cultural e social. Eles devem garantir que o sistema educacional promova inclusão e diversidade, atuando como um nivelador das desigualdades existentes.

As diferenças regionais no acesso ao ensino superior são preocupantes, com oportunidades concentradas em áreas urbanas. Enfrentar esses desafios requer políticas sociais, econômicas e culturais. Os Governos Estaduais têm recursos para investir em programas que promovam a equidade educacional. A inclusão de pessoas em situação de rua é relevante, pois a educação pode transformar vidas, combatendo estigmas e promovendo igualdade (Souza; Vieira, 2022).

Pessoas em situação de rua enfrentam desafios como falta de documentação e preconceito. Políticas públicas eficazes devem garantir o acesso universal à educação, respeitando suas especificidades (Santos; Fischer, 2020). Este estudo explora a responsabilidade dos Governos Estaduais em garantir o acesso à universidade, considerando justiça social e equidade.

A análise deste tema oferece uma compreensão mais profunda de como as políticas educacionais podem ser moldadas para atender a uma sociedade diversificada e justa. Este estudo também oferece determinantes para políticas públicas que melhorem o acesso e a qualidade da educação, impactando positivamente a sociedade e a economia.

O acesso à educação contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional, autonomia, empoderamento e inserção social. Garantir o direito à educação para todos fortalece os pilares da democracia e da justiça social (Tavares; Freire, 2017).

Pressupostos teóricos

Justiça social e acesso à educação superior

Nas profundezas do diálogo entre a educação e a equidade, reside uma análise essencial das teorias de justiça social e sua aplicação no âmbito educacional. Essa exploração começa com o reconhecimento de que a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e a coesão social. Ao examinar a educação por meio dessa lente, emerge a compreensão de que cada indivíduo deveria ter oportunidades iguais de cultivar seu potencial, independentemente de sua origem ou condições socioeconômicas.

Isso implica um foco não somente na distribuição igualitária de recursos, mas na consideração das necessidades específicas de diferentes grupos. A ideia de equidade aqui se entrelaça com a noção de que a educação deve funcionar como uma força niveladora, capaz de mitigar disparidades sociais e econômicas, proporcionando a todos a possibilidade de um futuro promissor (Cardoso; Ferreira; Barbosa, 2020).

Neste âmbito, surge a ideia de que a educação deve ser mais do que a transmissão de conhecimento; ela deve ser uma ferramenta de empoderamento, capaz de proporcionar às pessoas as habilidades críticas necessárias para questionar e transformar as estruturas existentes que perpetuam a desigualdade. Conseqüentemente, isso exige ações orientadas com os valores de justiça e igualdade, assim como métodos de ensino que promovam a inclusão e respeitem a diversidade de experiências e perspectivas dos estudantes (Lima, 2020).

A implementação dessas teorias no sistema educacional requer uma avaliação contínua das políticas e práticas para garantir que estejam alinhadas com os princípios de equidade e justiça. Isto implica uma análise crítica das estruturas existentes e a disposição para realizar reformas substanciais quando necessário. A promoção da justiça social na educação também envolve o reconhecimento e a correção de vieses institucionais que podem, mesmo inadvertidamente, reforçar desigualdades (Cunha; Silva; Silva, 2020).

Ao avaliar as políticas educacionais sob a perspectiva da equidade, é fundamental considerar a extensão com que estas iniciativas promovem igualdade de oportunidades no acesso à educação superior. Esta análise envolve uma compreensão detalhada dos princípios de equidade e de como eles são incorporados nas políticas educacionais vigentes. Em essência, as políticas educacionais devem ser examinadas não apenas em termos de sua capacidade de fornecer acesso, mas também na sua eficiência em mitigar as disparidades existentes entre diferentes segmentos da sociedade (Gomes; Silva; Brito, 2021).

Uma avaliação efetiva exige o reconhecimento de que a equidade na educação abrange múltiplas dimensões. Isto inclui, mas sem limitar, a igualdade de acesso a recursos educacionais, a igualdade nas condições de aprendizado e a igualdade de resultados educacionais. As políticas precisam, portanto, ser multidimensionais, abordando tanto as barreiras visíveis quanto as invisíveis que impedem indivíduos de grupos marginalizados de usufruírem plenamente de uma educação superior (Oliveira, 2019).

A análise precisa considerar como as políticas educacionais abordam as causas subjacentes das disparidades educacionais. Isso implica não somente em prover recursos, mas também em criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, que respeite a diversidade cultural e socioeconômica dos estudantes. A relevância das práticas pedagógicas, da formação dos professores e do currículo são aspectos cruciais nesta avaliação, visto que estes elementos têm um impacto direto na experiência de aprendizagem dos discentes e, conseqüentemente, nos resultados educacionais (Miranda; Azevedo, 2020).

O ensino superior, frequentemente visto como um vetor de mobilidade social, tem o potencial de desempenhar um papel significativo na mitigação de disparidades econômicas e sociais. Este papel transcende a mera transmissão de conhecimento técnico, abarcando a formação de indivíduos com capacidades críticas e reflexivas, preparados para contribuir de maneira substancial para a sociedade (Carvalhoes; Ribeiro, 2019).

No cerne deste debate está a ideia de que a educação superior não é apenas um direito individual, mas um instrumento coletivo para a promoção do bem-estar social. Ao proporcionar oportunidades educacionais de qualidade para uma parcela mais ampla da população, especialmente para aqueles provenientes de contextos menos favorecidos, o ensino superior pode ser um catalisador na quebra de ciclos de pobreza e na promoção de maior igualdade socioeconômica (Ferreira, 2019).

Nesse sentido, a educação superior desempenha um papel importante na formação de indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas como cidadãos ativos e informados, capazes de participar efetivamente de processos democráticos e de desenvolvimento coletivo.

Barreiras ao acesso à universidade

A análise das desigualdades socioeconômicas e culturais requer uma abordagem multidimensional, reconhecendo a complexidade e a interconexão de fatores que influenciam a dinâmica social e econômica. Essa discussão deve considerar não somente as diferenças econômicas tangíveis, mas os elementos culturais e sociais que moldam as experiências e

oportunidades dos indivíduos. Ao se debruçar sobre essa temática, é imprescindível reconhecer a diversidade das trajetórias de vida e como diferentes contextos culturais e socioeconômicos podem afetar o acesso a recursos, oportunidades e direitos.

Dentro desse espectro, a análise deve observar como a estratificação socioeconômica se manifesta em várias esferas da vida, incluindo educação, saúde, habitação e emprego. Essas disparidades frequentemente têm raízes históricas profundas e são perpetuadas por estruturas e práticas institucionais. Nesse sentido, é indispensável entender como políticas e práticas específicas podem, inadvertidamente, sustentar ou agravar essas desigualdades. Essa compreensão abrangente é essencial para formular intervenções que sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes na redução das desigualdades (Silva, 2020).

A análise das desigualdades culturais implica em explorar como normas, valores e crenças influenciam as interações sociais e as oportunidades individuais. As barreiras culturais podem ser tão impactantes quanto as econômicas, especialmente quando levam à marginalização de grupos ou à sub-representação em diversas esferas sociais. É fundamental, portanto, compreender como esses elementos culturais interagem com as estruturas socioeconômicas, moldando a distribuição de poder e recursos na sociedade (Gomes; Silva; Brito, 2021).

Ao se debruçar sobre o impacto da situação econômica no acesso à educação superior, é primordial considerar como as condições financeiras de indivíduos e famílias influenciam as oportunidades educacionais (Wanderley *et al.*, 2024). Este exame cuidadoso revela a íntima conexão entre a economia e a educação, demonstrando como as variações no bem-estar econômico podem ser um fator determinante no acesso e na qualidade (Cardoso; Ferreira; Barbosa, 2020). Essas barreiras financeiras podem desencorajar a continuidade dos estudos ou limitar a escolha de instituições e cursos, restringindo, assim, o potencial educacional e profissional do estudante (Miranda; Azevedo, 2020).

As condições econômicas mais amplas, como a estabilidade do mercado de trabalho e as expectativas de empregabilidade, também exercem um papel substancial. Em tempos de incerteza econômica, a percepção sobre o valor de um diploma universitário pode mudar, influenciando as decisões dos indivíduos quanto à continuidade dos estudos superiores. O retorno percebido do investimento em educação, seja em termos de empregabilidade ou renda, é um fator determinante nessa decisão (Gonçalves, 2019).

A disponibilidade, a acessibilidade e as condições desses recursos são fundamentais para permitir que estudantes de famílias mais vulneráveis economicamente possam acessar a

educação superior. Políticas que expandem e facilitam esse acesso são cruciais para garantir uma maior equidade educacional (Ferreira, 2019).

Políticas públicas de acesso à educação superior

Ao avaliar as iniciativas governamentais atuais voltadas para o acesso à Universidade, é fundamental observar como essas políticas estão estruturadas e o impacto que exercem no panorama educacional. Este exame detalhado permite uma compreensão sobre a eficácia dessas iniciativas em promover uma educação superior mais inclusiva e acessível. Importa considerar tanto os aspectos estruturais dessas políticas quanto a sua execução prática, assim como os resultados efetivamente alcançados.

Como as políticas governamentais abordam a diversidade e a inclusão deve incluir o exame sobre como os programas em vigor conseguem atender a grupos historicamente sub-representados ou marginalizados no ensino superior, como minorias étnicas, pessoas com deficiência e indivíduos oriundos de regiões menos desenvolvidas. A avaliação deve contemplar se as medidas adotadas são suficientemente sensíveis às diferenças culturais e socioeconômicas, e se promovem efetivamente a inclusão desses grupos. Isso implica avaliar como o Governo apoia e regula as instituições de ensino superior em termos de padrões acadêmicos, infraestrutura e recursos pedagógicos (Gonçalves, 2019).

A eficiência e a sustentabilidade das políticas educacionais envolvem considerar se as iniciativas são sustentáveis a longo prazo, tanto do ponto de vista financeiro quanto em termos de resultados educacionais e impacto social. Uma política bem-sucedida não é aquela que apenas produz resultados imediatos, mas a que consegue manter e ampliar seus benefícios ao longo do tempo (Cunha; Silva; Silva, 2020).

Dessa maneira, critérios claros e equitativos são fundamentais para garantir que o apoio financeiro atinja aqueles que mais precisam e para manter a confiança no sistema. Além disso, é necessário haver uma avaliação contínua da eficácia desses programas, permitindo ajustes e melhorias para atender às mudanças nas necessidades e condições econômicas dos estudantes.

Situação de rua e exclusão social

A situação de rua é um fenômeno complexo que envolve uma série de fatores interligados, sendo as principais causas a falta de moradia, o desemprego, a violência doméstica e os problemas de saúde mental. A falta de acesso à moradia digna é um dos principais motivos

que levam as pessoas a viverem nas ruas, muitas vezes em condições precárias e insalubres. O desemprego também contribui significativamente para a situação de rua, tornando difícil para essas pessoas garantirem sua subsistência e segurança financeira. Além disso, a violência doméstica pode levar indivíduos a fugirem de suas casas em busca de proteção, enquanto os problemas de saúde mental podem dificultar o acesso aos serviços sociais e de saúde necessários para sair dessa condição (Tavares; Freire, 2017; Vezedek *et al.*, 2023).

Os desafios enfrentados por pessoas em situação de rua para acessarem a educação são diversos e impactam diretamente em suas possibilidades de inclusão social. A falta de documentação é um obstáculo comum, dificultando o ingresso dessas pessoas nas escolas e programas educacionais. Além disso, o preconceito e a discriminação nas instituições educacionais podem criar barreiras adicionais para esses indivíduos, impedindo-os de se beneficiarem do aprendizado e do desenvolvimento pessoal que a educação proporciona (Santos; Ferreira, 2023).

A inclusão educacional é fundamental para pessoas em situação de rua, ao representar não apenas uma oportunidade de aprendizado acadêmico, mas um caminho para sair da marginalização social. A educação pode fornecer ferramentas essenciais para que essas pessoas reconstruam suas vidas, adquiram novas habilidades e se sintam parte integrante da sociedade. Dessa forma, investir na inclusão educacional desses indivíduos é crucial para promover autonomia e dignidade (Souza; Vieira, 2021).

É necessário analisar criticamente essas políticas existentes, identificar lacunas e propor melhorias que ampliem o acesso desses indivíduos à educação formal e não formal. A implementação efetiva dessas políticas requer um esforço conjunto entre governos, instituições educacionais e organizações da sociedade civil (Santos; Ferreira, 2023).

Diversas iniciativas da sociedade civil têm sido desenvolvidas com o objetivo de promover a inclusão educacional de pessoas em situação de rua. Projetos sociais, parcerias com escolas e programas específicos têm contribuído significativamente para ampliar o acesso desses indivíduos à educação e fortalecer sua participação na comunidade. Essas iniciativas demonstram que a colaboração entre diferentes atores sociais é essencial para superar os desafios enfrentados por essa população vulnerável (Santos, 2018).

Os benefícios da inclusão educacional para pessoas em situação de rua são inúmeros e impactam positivamente em suas vidas. O desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o aumento da autoestima e as melhores oportunidades no mercado de trabalho são apenas algumas das vantagens proporcionadas pela educação. Ao adquirirem conhecimento e

competências por meio do ensino formal ou informal, esses indivíduos podem se empoderar e transformar suas realidades (Santos; Fischer, 2020).

Apesar dos avanços conquistados até o momento, ainda existem desafios futuros que precisam ser superados para garantir uma inclusão educacional efetiva e duradoura para pessoas em situação de rua. A falta de recursos financeiros, a resistência institucional e as barreiras estruturais continuam sendo obstáculos significativos nesse processo. É fundamental haver um compromisso contínuo por parte das autoridades públicas, das instituições educacionais e da sociedade como um todo para superar esses desafios e promover uma educação verdadeiramente inclusiva para todos os cidadãos (Souza; Vieira, 2021).

Metodologia

Neste texto, adotou-se como metodologia uma revisão narrativa da literatura, que incluiu uma avaliação de textos vinculados ao assunto em questão. A obtenção de informações ocorreu a partir da consulta à base de dados acadêmicos, como *Scielo*, *CAPES* e *Google Scholar*, bem como livros e periódicos científicos relevantes.

Segundo Dourado e Ribeiro (2023), essa abordagem de revisão da literatura representa uma base firme e segura para dados, pois agrega determinantes de múltiplas obras selecionadas, auxiliando na identificação de lacunas nos estudos já realizados.

Para compilar a bibliografia, procedeu-se com uma análise e reflexão crítica das obras e uma leitura atenta dos resumos de cada documento. Os critérios de inclusão das obras foram: relevância para o tema, publicação nos últimos cinco anos e foco em políticas públicas de acesso à educação superior para populações vulneráveis. Obras que não atendiam a esses critérios foram excluídas. A seleção temporal dos materiais priorizou os últimos cinco anos, abrangendo o período de 2019 a 2024.

Em vista das metas definidas, a pesquisa avançou cobrindo os tópicos a seguir: justiça social e acesso à educação superior; barreiras ao acesso à universidade; políticas públicas de acesso à educação superior; situação de rua e exclusão social.

Resultados e Discussão

Obrigações do poder executivo na educação superior

O papel do Estado na garantia do acesso ao ensino superior é fundamental, refletindo suas obrigações no sistema educativo. A educação é um direito fundamental e uma necessidade

para o desenvolvimento individual e coletivo (Guerra; Rocha; Ferreira, 2020). No entanto, muitos países oferecem ensino público gratuito até o nível secundário, mas não no ensino superior, criando barreiras significativas para estudantes de baixa renda (Guerra; Rocha; Ferreira, 2020).

Os Governos Estaduais devem garantir não apenas o acesso, mas a qualidade do ensino superior, investindo em infraestrutura, programas de qualidade e professores qualificados. Além disso, é essencial apoiar formas alternativas de ensino superior, como programas técnicos e profissionais, para incluir grupos marginalizados (Santos; Freire, 2022).

A educação deve promover justiça social e transformação das desigualdades. Investir no ensino superior é estratégico para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, formando cidadãos críticos e conscientes (Santos; Freire, 2022). O ensino superior também promove a igualdade de gênero, formando pessoas que contribuem para uma sociedade mais justa e equitativa. Profissionais qualificados podem influenciar positivamente políticas e práticas em suas comunidades (Santos; Freire, 2022).

Além disso, o ensino superior preserva e promove a diversidade cultural e a identidade regional, oferecendo programas que valorizam o patrimônio cultural e histórico. Investir no acesso ao ensino superior é uma estratégia para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, formando profissionais qualificados para a inovação e o progresso tecnológico. A educação deve formar cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade e a justiça social (Santos; Freire, 2022).

A educação popular enfatiza a necessidade de uma formação transformadora e emancipadora, promovendo a autonomia dos indivíduos e a transformação das estruturas sociais. A formação deve ser integral, contemplando as dimensões cognitiva, afetiva e ética, voltada para uma sociedade mais justa e solidária. Portanto, ao fortalecer as políticas públicas de acesso ao ensino superior, os Governos Estaduais cumprem um dever ético e social, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. A educação popular oferece uma perspectiva crítica e emancipatória para a formulação dessas políticas, garantindo que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso às oportunidades educativas necessárias para seu desenvolvimento pleno.

Desafios no acesso à Universidade

Devido a várias barreiras, globalmente, o ingresso na universidade é um grande desafio para muitos estudantes (Wanderley *et al.*, 2024). Entre os maiores desafios estão os obstáculos

financeiros, como mensalidades, taxas, livros e despesas de subsistência, resultantes em desigualdade de acesso (Gomes; Silva; Brito, 2021).

Além dos aspectos econômicos, as diferenças regionais também colocam desafios significativos. As oportunidades educativas estão concentradas em regiões urbanas, desfavorecendo estudantes de zonas rurais (Gomes; Silva; Brito, 2021). A falta de acesso a recursos educativos de qualidade, como escolas preparatórias e bibliotecas, limita a preparação dos estudantes para o ensino superior.

Além disso, outro desafio é a falta de preparação acadêmica. Muitos estudantes não conseguem cumprir os requisitos de ingresso devido à educação anterior insuficiente, afetando sua competitividade no processo seletivo (Gomes; Silva; Brito, 2021). A discriminação com base em raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião ou deficiência também limita o acesso às instituições de ensino superior (Gomes; Silva; Brito, 2021).

Para promover a inclusão e a equidade no ensino superior, é essencial que Universidades e Governos trabalhem juntos. Isso inclui a implementação de medidas de apoio financeiro, como bolsas de estudo e empréstimos estudantis a juros baixos (Gomes; Silva; Brito, 2021). Ademais, também é fundamental investir em programas de preparação acadêmica desde o ensino fundamental e médio, oferecendo cursos preparatórios, programas de apoio acadêmico e acesso a materiais didáticos de qualidade (Gomes; Silva; Brito, 2021; Wanderley *et al.*, 2024).

A educação popular pode desempenhar um papel fundamental, promovendo metodologias participativas e críticas que empoderem os estudantes e os preparem para atuar como agentes de transformação social. A integração dos princípios da educação popular nas políticas educacionais pode contribuir para um sistema mais inclusivo, democrático e comprometido com a justiça social.

Embora existam iniciativas promissoras, ainda há lacunas significativas que precisam ser preenchidas. Políticas integradas e intersetoriais são mais eficazes na promoção da equidade educacional. As tensões entre necessidades locais e políticas nacionais precisam ser resolvidas para garantir uma abordagem mais coesa e eficaz.

Estratégias para promoção da equidade no acesso ao ensino superior

Para promover a igualdade de oportunidades no acesso à faculdade, os governos estaduais, em parceria com as universidades, podem adotar diversas estratégias. Uma delas é a introdução de medidas proativas, como a reserva de vagas para grupos historicamente sub-

representado no ensino superior, corrigindo desigualdades de longa data (Gomes; Silva; Brito, 2021).

Programas de bolsas e subvenções desempenham um papel fundamental, fornecendo apoio financeiro adicional a estudantes de baixa renda e garantindo que o acesso ao ensino superior não dependa da capacidade de pagar taxas e custos relacionados (Miranda; Azevedo, 2020). Outra estratégia importante é investir no ensino técnico e profissional como alternativa ao ensino superior tradicional, atendendo às necessidades e interesses individuais dos estudantes (Oliveira, 2019).

Além disso, é importante implementar políticas que promovam a diversidade e a inclusão nas instituições de ensino superior. Isso inclui programas de orientação e apoio para estudantes de grupos sub representados e a promoção de uma cultura de respeito e aceitação (Gomes; Silva; Brito, 2021). Wanderley *et al.* (2024) destacam a importância dos cursos pré-vestibulares sociais na superação de obstáculos educacionais para estudantes de baixa renda, afirmando que a expansão dessas oportunidades é essencial para reduzir as desigualdades sociais no Brasil.

Enfrentar os desafios no acesso à universidade é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de receber ensino superior, independentemente de suas circunstâncias pessoais ou localização. A promoção da inclusão e da igualdade no ensino superior beneficia não apenas os indivíduos, como contribui para uma sociedade mais justa, diversificada e próspera (Ferreira, 2019).

A educação popular pode fortalecer esses esforços, promovendo uma abordagem crítica e emancipatória que empodere os estudantes e as comunidades. Essa perspectiva valoriza a diversidade e promove a justiça social, buscando desenvolver todas as dimensões do ser humano e promover a transformação social.

Impacto social e econômico do acesso à Universidade e importância de políticas públicas para acesso de populações marginalizadas

O acesso às universidades tem impactos significativos no desenvolvimento humano, social e econômico. Pessoas instruídas representam recursos valiosos que impulsionam o progresso em várias áreas da sociedade. O acesso à universidade aumenta as oportunidades de emprego e rendimento, proporcionando competências valiosas no mercado de trabalho (Souza *et al.*, 2020).

Trabalhadores qualificados tendem a ser mais produtivos e inovadores, contribuindo para o crescimento econômico de suas comunidades. Países com níveis elevados de educação têm economias mais dinâmicas e competitivas, adaptando-se melhor às mudanças tecnológicas e globais (Souza *et al.*, 2020).

O ensino superior desempenha um papel indispensável na redução da pobreza e desigualdade social, funcionando como um mecanismo de mobilidade social. Pessoas com níveis mais altos de educação têm maior probabilidade de escapar da pobreza e alcançar melhor qualidade de vida (Souza *et al.*, 2020).

Além dos benefícios individuais, a igualdade de acesso ao ensino superior reforça a coesão social e a democracia. Cidadãos instruídos participam mais ativamente na vida cívica e política, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva (Souza *et al.*, 2020).

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, o acesso à universidade permite que as pessoas desenvolvam todo o seu potencial e alcancem objetivos pessoais e profissionais. O ensino superior promove valores como tolerância, respeito à diversidade e pensamento crítico, essenciais para uma sociedade justa e democrática (Souza *et al.*, 2020).

Um dos desafios centrais sobre a definição e implementação de políticas eficazes, é que elas sejam sensíveis às especificidades de cada grupo marginalizado, o que pode incluir, entre outros, movimentos étnicos, populações de baixa renda, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua, por exemplo. A compreensão das diversas realidades enfrentadas por esses grupos é essencial para projetar programas que não apenas ampliem o acesso, mas também garantam a permanência e o sucesso acadêmico. Nesse sentido, o papel do Estado, torna-se determinante na construção de um sistema de acesso ao ensino superior que valorize a diversidade e promova a justiça social. Estudos de caso e evidências empíricas mostram que investir na igualdade de acesso ao ensino superior traz benefícios como redução da pobreza, aumento da produtividade e maior participação no mercado de trabalho. Esses benefícios incluem melhoria das condições de saúde, diminuição da criminalidade e aumento da coesão comunitária, estendendo-se a toda a sociedade (Souza *et al.*, 2020).

A educação popular pode potencializar esses benefícios, promovendo uma educação crítica e emancipatória que empodere indivíduos e comunidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. A educação popular enfatiza a formação integral do ser humano, promovendo justiça social e preparando cidadãos críticos e conscientes para transformar a sociedade.

Benefícios da educação para pessoas em situação de rua

O acesso à educação permite que pessoas em situação de rua desenvolvam habilidades e conhecimentos, proporcionando um senso de pertencimento e empoderamento, o que as ajuda a enfrentar os desafios da vida nas ruas e buscar novas perspectivas (Lopes, 2017). A educação é um importante instrumento de inclusão social que abre portas para oportunidades de emprego, formação profissional e integração social, contribuindo para uma rede de apoio que favorece a inclusão na comunidade (Tavares; Freire, 2017).

Além dos benefícios sociais, a educação também promove o desenvolvimento emocional e cognitivo, ajudando essas pessoas a lidarem com traumas e estresse, fortalecendo sua resiliência e bem-estar geral (Souza; Vieira, 2022). Uma formação educacional adequada melhora suas condições de vida, proporcionando mais oportunidades de emprego digno, acesso a serviços básicos e participação ativa na sociedade (Santos; Fischer, 2020).

A educação pode ressignificar a identidade das pessoas em situação de rua, permitindo que reconstruam sua autoimagem e se reconheçam como sujeitos capazes de construir novos projetos de vida. Isso promove uma mudança positiva na forma como essas pessoas são vistas pela sociedade e incentiva a busca por novas perspectivas (Souza; Vieira, 2022).

No entanto, a implementação de políticas educacionais voltadas para pessoas em situação de rua enfrenta desafios. É necessário que as políticas públicas sejam abrangentes e intersetoriais, integrando esforços de saúde, assistência social e educação para garantir apoio completo a essas populações. A articulação entre Governo, organizações não governamentais (ONG) e instituições educacionais é fundamental para promover a inclusão educacional dessas pessoas (Santos; Fischer, 2020).

Por fim, o acolhimento e a escuta ativa são essenciais no processo educacional das pessoas em situação de rua. Considerar as vivências, necessidades e demandas individuais de cada um é necessário para garantir uma inclusão efetiva no ambiente escolar, criando um ambiente seguro e acolhedor no qual se sintam valorizadas e motivadas a seguir adiante, rumo à autonomia e inserção social plena (Souza; Vieira, 2021).

Transformações sociais e individuais para pessoas em situação de rua

Para garantir a inclusão educacional de pessoas em situação de rua, é necessário implementar políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, alinhadas aos princípios da educação popular. Essas políticas devem combater a discriminação e o estigma

social, além de garantir acesso à moradia digna, alimentação adequada e saúde, fatores essenciais para frequentar a escola (Santos, 2018).

As transformações individuais são significativas, desenvolvendo autoestima, autonomia e capacidade de superação. A educação popular enfatiza o desenvolvimento integral do indivíduo, fortalecendo a autoestima e a consciência crítica, proporcionando novas perspectivas para aqueles em vulnerabilidade (Santos; Ferreira, 2023).

A sensibilização da sociedade é indispensável para combater estigmas e preconceitos, criando um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo (Pereira, 2019). Parcerias entre instituições governamentais, ONG e comunidades são fundamentais para promover a inclusão educacional, criando redes de apoio e fortalecendo políticas públicas (Tavares; Freire, 2017).

Os desafios incluem falta de documentação, transporte adequado e condições dignas de estudo. Políticas públicas devem remover essas barreiras estruturais, garantindo acesso igualitário à educação. Estratégias específicas devem ser criadas para atender às demandas dessas pessoas (Lopes, 2017).

Mudanças nas políticas educacionais devem considerar as necessidades das pessoas em situação de rua, adaptando currículos, oferecendo programas flexíveis e garantindo acompanhamento pedagógico adequado. Essas ações devem ser guiadas pelos princípios da educação popular, que valoriza a diversidade e promove a equidade (Santos, 2018).

O acolhimento e o acompanhamento integral são fundamentais para o sucesso na inclusão educacional. Considerar necessidades emocionais, sociais e pedagógicas é essencial para garantir que se sintam acolhidas e apoiadas. O suporte contínuo dos profissionais da educação é imprescindível para promover uma inclusão efetiva e duradoura (Souza; Vieira, 2021).

Apoio à pessoa em situação de rua para alcançar a universidade: papel de curso pré-vestibular social

O Programa Universidade para Todos (UPT) é uma política educacional que, há duas décadas, fortalece as aprendizagens e facilita o acesso de estudantes das redes públicas estadual e municipal ao ensino superior na Bahia. Articulado com universidades estaduais e algumas federais, o UPT oferece cursos pré-vestibulares sociais gratuitos, focados nas áreas de conhecimento exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, especialmente das universidades públicas do estado.

As ações do programa abrangem comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pescadores, marisqueiros e terreiros, além de locais de difícil acesso em todo o estado, incluindo turmas na capital, interior e subúrbios dos grandes municípios baianos. Entre os grupos atendidos estão pessoas em situação de rua acompanhadas por outros programas sociais governamentais. Em 2023, um grupo em Salvador/BA registrou a aprovação de dois cursistas em uma universidade pública baiana (dado não publicado).

Investir em educação é investir no desenvolvimento. Políticas e programas inclusivos permitem que Governos Estaduais expandam seus horizontes educativos, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Isso possibilita que populações marginalizadas explorem suas potencialidades e alcancem o ensino superior, se assim desejarem.

Considerações finais

Utilizando uma pesquisa bibliográfica, esta análise discutiu a (des)obrigação dos Governos Estaduais em garantir o acesso à universidade. As literaturas selecionadas proporcionaram um panorama abrangente e permitiram a análise de evidências, destacando o exemplo de pessoas em situação de rua que, com iniciativas governamentais, puderam alcançar o ensino superior.

A igualdade de acesso ao ensino superior é essencial para o progresso humano, social e econômico. Este texto examinou os desafios enfrentados no acesso ao ensino superior e as estratégias que os Governos Estaduais podem usar para promover a equidade. Também discutimos o impacto positivo do acesso ao ensino superior para pessoas em situação de rua na sociedade e na economia.

Concluimos que, embora não seja uma obrigação constitucional, há uma forte argumentação ética e social para que os Governos Estaduais se envolvam ativamente nas iniciativas de acesso à educação superior. Políticas efetivas são significativas para reduzir disparidades sociais e econômicas, além de serem fundamentais para o desenvolvimento humano e social, formando populações mais instruídas, economias mais dinâmicas e sociedades mais coesas e inclusivas.

É fundamental garantir que as pessoas que desejem, não apenas alcancem o ensino superior, mas tenham acesso ao apoio e recursos necessários para terem sucesso ao longo de suas carreiras acadêmicas e profissionais. Devemos continuar a priorizar a igualdade de acesso ao ensino superior como meio de promover o desenvolvimento sustentável. Ao investir na próxima geração de líderes inovadores e agentes de mudança, podemos construir um mundo

mais justo, inclusivo e próspero para todos. A educação é verdadeiramente a chave para um futuro melhor e mais brilhante para a humanidade.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARDOSO, C. A.; FERREIRA, V. A.; BARBOSA, F. C. G. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 38-46, 2020. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. DOI 10.11606/0103-2070.ts.2019.135035. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/xwLJY7HjWj6DZrbG85cPwgp/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CUNHA, L. F. F.; SILVA, A. S.; SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924> Acesso em: 7 fev. 2025.

DOURADO, S.; RIBEIRO, E. Metodologia qualitativa e quantitativa. *In*: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa: Atena, 2023. p. 12-30.

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 476-498, 2019. DOI 10.1590/S0104-40362019002701553. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LGb4NSSNf8HGhyps4yhnrDB/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B.; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021. DOI 10.1590/ES.258226. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GONÇALVES, J. S. S. Direitos linguísticos e políticas linguísticas no Brasil: uma análise de processos seletivos para acesso à universidade pública por migrantes forçados. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 43, p. 192-216, 2019. DOI 10.20396/lil.v0i43.8658348. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8658348>. Acesso em: 7 fev. 2025.

GUERRA, A. C.; ROCHA, A. R. M.; FERREIRA, M. F. A contrarreforma da educação superior brasileira no contexto da crise do capital. **Revista de Educação Popular**,

Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 126-143, 2020. DOI 10.14393/rep-v19n12020-49989. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49989>. Acesso em: 6 jan. 2025.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 77, p. 70-87, 2020. DOI 10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/jfYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

LOPES, A. M. C. **As populações em situação de rua e o acesso à educação escolar: desafios e perspectivas para a educação de pessoas jovens e adultas.** 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MIRANDA, P. R.; AZEVEDO, M. L. N. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 3, 2020. DOI 10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421>. Acesso em: 6 fev. 2025.

OLIVEIRA, A. L. M. **Educação superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019. 304 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1088834>. Acesso em: 6 fev. 2025.

PEREIRA, A. Os sujeitos da EJA e da educação social: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 273-294, 2019. DOI 10.22481/praxis.v15i31.4673. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4673>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SANTOS, R. F. **O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA.** 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183146>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SANTOS, K. S.; FERREIRA, L. S. **Cartografias do acesso à educação de pessoas em situação de rua na cidade do Recife.** 2023. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SANTOS, R. F.; FISCHER, M. C. B. O acolhimento como diretriz político-pedagógica na Educação de Jovens e Adultos. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 2, p. 235-250, 2020. DOI 10.17058/rea.v28i2.13331. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/13331>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SANTOS, S. M.; FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 260-280, 2022. DOI 10.1590/S1414-40772022000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SILVA, T. D. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente.** Texto para Discussão nº 2.569. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

SOUZA, P. G. A. *et al.* Perfil socioeconômico e racial de estudantes de medicina em uma universidade pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, n. 3, 2020. DOI 10.1590/1981-5271v44.3-20190111. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/y8h6fFZnzSTMxBdzBNNC8nd/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SOUZA, K. C. D.; VIEIRA, M. C. Narrativas e direitos humanos: da (in)visibilidade das ruas para o empoderamento na educação de jovens e adultos. **ETD**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 212-230, 2021. DOI 10.20396/etd.v23i1.8656630. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922021000100212. Acesso em: 6 fev. 2025.

SOUZA, K. C. D.; VIEIRA, M. C. Pobreza e resiliência nas narrativas de educandos da EJA em situação de rua. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, 2022. DOI 10.1590/2175-6236108942. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WmW6jcVmvYYxx4KQ3WbNGQP/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2025.

TAVARES, C. S.; FREIRE, G. S. **Obrigado, amanhecer**: um retrato da alfabetização de pessoas em situação de rua. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VEZEDEK, L. *et al.* (org.). **Sumário executivo de pesquisa**: mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua em Salvador. Salvador: Centro Projeto Axé, 2023.

WANDERLEY, S. F. S. *et al.* A superação de obstáculos educacionais com auxílio de pré-vestibulares sociais. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 3, 2024. DOI 10.54033/cadpedv21n3-110. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3224>. Acesso em: 7 fev. 2025.

Submetido em 28 de maio de 2024.

Aprovado em 2 de janeiro de 2025.